



A CIDADANIA AMBIENTAL NUM BAIRRO DE PERIFERIA: POSSIBILIDADES DE FORMAÇÃO USANDO A PESQUISA – AÇÃO – PARTICIPANTE

José Roberto Gomes de Paula Júnior - Cescar - Coletivo Educador de São Carlos,
Araraquara, Jaboticabal e Região
gomesdepaulajr@gmail.com

Antonio Sergio Silva

Resumo

O presente trabalho teve a intenção de analisar o processo de formação desenvolvido com as crianças e jovens que aprendem participando para a prática da cidadania ambiental. Buscamos verificar quais as modificações ocorridas na prática diária desenvolvidas por estes, ao trabalharem com a oficina de meio ambiente, na sede do NACA - Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente de Jaboticabal. Perguntamos em que medida houve mudança na relação com o meio ambiente. Assim, analisamos o desenvolvimento do processo de formação percebendo as melhorias ocorridas, mediante os limites e os avanços observados nas intervenções pedagógicas. Pretendemos, com esse artigo, contribuir para o objetivo geral da pesquisa, que trata de investigar, os princípios formadores que possibilitem a cidadania ambiental através da pesquisa-ação-participante.

Palavras-Chave: Formação, Cidadania, Pesquisa-Ação-Participante.

Abstract

This work had the intention to examine the process of training developed with children and young people learn by participating in the practice of environmental citizenship. We verify that the changes in daily practice developed by them, to work with the workshop of the environment, at the nation - the Center for Child and Adolescent Care of Jaboticabal. Ask ourselves to what extent there were changes in the relationship with the environment. Therefore, we analyzed the development of the training process realizing the improvements made by the limits and the advances made in educational interventions. We intend with this article, to contribute to the overall objective of the research deals with research, the principles that enable trainers environmental citizenship through research-action-participant.

Keywords: Education, Citizenship, Research-Action-Participant.

O presente trabalho teve a intenção de analisar o processo de formação desenvolvido com as crianças e jovens que aprendem participando para a prática da cidadania ambiental. Buscamos verificar quais as modificações ocorridas na prática diária desenvolvidas por estes, ao trabalharem com a oficina de meio ambiente, na sede do

NACA - Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente de Jaboticabal. Perguntamos em que medida houve mudança na relação com o meio ambiente.

Assim, analisamos o desenvolvimento do processo de formação percebendo as melhorias ocorridas, mediante os limites e os avanços observados nas intervenções pedagógicas.

Pretendemos, com esse artigo, contribuir para o objetivo geral da pesquisa, que trata de investigar, os princípios formadores que possibilitem a cidadania ambiental através da pesquisa-ação-participante.

Cabe então ao educador ambiental atuar com ações alternativas para um novo tipo de desenvolvimento que favoreça a consciência crítica, sem influência de fatores meramente econômicos geradores de desigualdade social, com ênfase na sustentabilidade socioambiental.

É de grande importância entender, conceber e construir coletivamente novos modelos de relação entre a sociedade e o meio ambiente.

Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 225 enfatiza “todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. No parágrafo 1º, inciso VI determina: “Promover a Educação Ambiental (EA) em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente”. Já a promulgação da lei 9.795/99 instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), oferecendo amparo legal à EA, responsabilizando e envolvendo todos os setores da sociedade, e incorporando oficialmente a EA nos sistemas de ensino. Ademais, a legislação ambiental, em seu conjunto lembra repetidas vezes a necessidade da coletividade na promoção da defesa e melhoria da qualidade ambiental, sendo aí organizada pelas práticas do planejamento e da gestão ambiental que canonizam a necessidade do processo participativo, da conscientização e da mobilização das comunidades.

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal. Assim, a Educação Ambiental passa a constituir um direito do cidadão, assemelhado aos direitos fundamentais, porquanto estreitamente ligado aos direitos e deveres constitucionais da cidadania.

A educação ambiental, sob o aspecto formal, refere-se ao ensino programado das escolas, em todos os graus, seja no ensino privado, seja no oficial. As melhores concepções e teorias a respeito já recomendavam que o meio ambiente fizesse parte de um currículo interdisciplinar, em vez de se constituir uma disciplina isolada. É este o sentido da lei 9.795/1999, que prescreve que a EA não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino, somente a abordagem interdisciplinar pode promover certa comunicação e participação conjunta de todas as disciplinas.

Por outro lado, não se pode esquecer a existência dos espaços não formais de ensino, um foro importante para discussão e prática da cidadania ambiental.

O entendimento da cidadania implica, portanto, uma inter-relação necessária entre o respeito ao próximo, justiça social, equilíbrio ambiental, qualidade de vida e a ruptura com o modelo atual de desenvolvimento.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na conscientização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos.

A pesquisa-ação-participante, de acordo com Fals Borda (1983), citado por Viezzer p. 282, “trata-se de uma metodologia dentro de um processo vivencial, um processo que inclui simultaneamente educação, pesquisa científica e ação social ou política, e no qual se consideram como fontes de conhecimento: a análise crítica, o diagnóstico de situações e a prática cotidiana”.

Ainda, para Tozoni-Reis (2005, p. 271), na educação ambiental “a metodologia da pesquisa-ação-participativa articula, radicalmente, a produção de conhecimentos, a ação educativa e a participação dos envolvidos, isto é, produz conhecimentos sobre a realidade a ser estudada e, ao mesmo tempo, realiza um processo educativo, participativo, para o enfrentamento dessa mesma realidade. Essa modalidade de pesquisa qualitativa também é conhecida como pesquisa participante, pesquisa participativa ou simplesmente pesquisa ação”, é “uma modalidade nova de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares” (BRANDÃO, 1981 citado por TOZONI-REIS, 2005, p. 272).

Nas propostas que fundamentam uma educação crítica, transformadora e emancipatória, a participação dos sujeitos torna-se extremamente necessária para o entendimento, aplicação e continuidade das atividades formadoras. Dentro das diversas modalidades de pesquisa em educação, as pesquisas participativas têm servido como estímulo para inclusão de grupos populares frente às questões socioambientais.

Brandão (2006) menciona que a interação entre teoria e prática visa propiciar aos grupos populares entendimento dos seus problemas para que possam não só percebê-los, mas também apontar alternativas de acordo com seus interesses e necessidades. E nesse contexto, enfatiza-se a pedagogia da práxis que, segundo Gadotti (2005, p. 240), essa pedagogia “pretende ser uma pedagogia para a educação transformadora”, e “fazer pedagogia é fazer prática teórica por excelência. É descobrir e elaborar instrumentos de ação social. Nela se realiza de forma essencial a unidade entre teoria e prática. A pedagogia como teoria da educação não pode abstrair-se da prática intencionada. A pedagogia é sobretudo teoria da práxis.”

Tozoni-Reis (2001) afirma que a gênese do processo educativo ambiental é o movimento de fazer-se plenamente humano pela produção/apropriação/transmissão

crítica transformadora e emancipatória da totalidade histórica e concreta da vida dos homens no ambiente. Os princípios mais evidentes dessa proposta referem-se não só a participação, mas também através da busca pela autonomia intelectual conforme a problematização, entendimento, diálogo e ação.

Segundo Jacobi (2003), o meio ambiente e a educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam. As políticas ambientais e os programas educativos relacionados à conscientização da crise ambiental demandam cada vez mais novos enfoques integradores de uma realidade contraditória e geradora de desigualdades, que transcendem a mera aplicação dos conhecimentos científicos e tecnológicos disponíveis.

O desafio é, pois, o de formular uma educação ambiental que seja crítica e inovadora, em dois níveis: formal e não formal. Assim, a educação deve ser acima de tudo um ato político voltado para transformação social.

Toda pesquisa surge da motivação de solucionar ou auxiliar um problema vivido por uma pessoa ou grupo. Causa insatisfação viver numa sociedade que pouco contribui para o crescimento coletivo da população e perceber que boa parte das relações educativas em comunidades periféricas sofre influência de uma política e ideologia dominante que favorece a alienação e a desarticulação da comunidade.

Durante muito tempo, e ainda hoje, as margens de vários processos sociais, as vilas e as favelas têm caminhado para o centro das atenções acadêmicas, pesquisadores, sociólogos e porque não dizer, educadores ambientais, voltam cada vez mais o olhar para a periferia.

A produção de teses, monografias e dissertações tentam desvendar um pouco mais sobre o universo singular da periferia, suas abordagens alteram o cotidiano dos grupos e trazem benefícios e também desvantagens, nesse caso a pesquisa-ação-participante traz a possibilidade da participação popular que promova a transformação da realidade socioambiental.

Segundo Azibeiro (2006), as relações educativas, particularmente desenvolvidas em e com comunidades de periferia, as diferenças de ordem cultural, lingüística, social, econômica, dentre outras, entre educadores e educandos, têm sido, histórica e concretamente, produzidas como desigualdade, hierarquização e exclusão.

Discutir a cidadania ambiental é favorecer a formação coletiva de uma sociedade mais justa e ecologicamente equilibrada. Segundo Sato (2004) causas primárias de problemas como aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência, tendo suas bases em superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e a falta de condições de produção para a maioria.

Trata-se, portanto, de um tema crucial a ser trabalhado, pela necessidade de entender e inventar novas possibilidades de ação e relações que minorem os agravos ambientais de toda ordem, em todas as partes da cidade.

Além disso, é um estudo relevante para propor maneiras de participação e experiências de relações educativas que favorecem uma análise crítica da relação entre a sociedade e o meio ambiente, promovendo práticas cotidianas de cidadania ambiental.

Frente ao exposto, este trabalho se justifica pela vontade de auxiliar uma parcela da população que sofre diariamente com os desequilíbrios socioambientais, favorecendo assim um processo de transformação da realidade perante a formação de educadores ambientais populares para a cidadania coletiva.

FORMAÇÃO, ESTRATÉGIAS E CONHECIMENTO

A pesquisa tem seus dados analisados por intermédio da avaliação de três categorias que revelam a particularidade do trabalho de campo e que teve como foco a formação. Para tanto, foi necessário dividi-lo em três etapas.

A primeira categoria, avaliação da realidade, pretendeu avaliar a realidade a ser diagnosticada coletivamente. O mapeamento foi realizado numa etapa anterior a pesquisa de campo e buscou uma leitura mais abrangente e descritiva.

As Principais questões levantadas foram:

- Como é a relação do espaço e os seres vivos que vivem nele?
- Como os educandos avaliam as condições do córrego que passa perto de suas casas?
- Qual o papel da educação ambiental?
- Quais os principais problemas e conflitos ambientais existentes na área?

Segunda categoria, pesquisa de campo, foi avaliada a rotina de todos os educandos, procurando entender a diversidade de identidades, os aspectos culturais, pessoais, comunitários, sociais e políticos.

Terceira categoria, organização dos dados e ação coletiva - Nessa última etapa, de maior complexidade, foi realizada a organização do levantamento das questões surgidas na fase anterior, propondo uma ação coletiva do grupo para implantação de práticas cidadãs visando uma melhor qualidade de vida, e o entendimento dos problemas que afetam o cotidiano através de uma educação ambiental transformadora e emancipatória.

Essa pesquisa possui dois momentos: a) O inicial, em que tivemos dificuldades organizacionais, fase de construção da relação com os pesquisadores-educadores. B) Segundo momento, caracterizado pelo planejamento, intervenção, debate teórico e avaliação final.

O Trabalho foi desenvolvido em Jaboticabal, SP, e teve duração de sete meses, com início no 2º. Semestre de 2007 e término no 1º. Semestre de 2008.

O público alvo foi composto por cerca de 65 crianças e jovens, com idade entre 7 a 17 anos, em situação de risco social, assistidas pelo Projeto NACA (Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente de Jaboticabal). Esse Projeto atende parte das crianças residentes do Jardim Alvorada realizando ações paralelas à escola, com apoio psicossocial e sócio familiar, organizando variadas oficinas, entre elas meio ambiente caratê, capoeira, artes, música e acompanhamento e reforço escolar.

As crianças e os jovens do Jardim Alvorada vivem as mais variadas dificuldades, inclusive de infra-estrutura social urbana, não tendo acesso a espaços culturais como cinema, teatro e museus, como também às praças e parques públicos que ficam afastados de suas moradias.

O Jardim Alvorada foi criado em 1991, sendo que hoje 249 famílias vivem nesta área em situação irregular de ocupação dos domicílios. Por se tratar de um loteamento privado, ele se encontra em disputa judicial sobre a posse e a propriedade. Os lotes são pequenos e subdivididos, tendo em média 10 x 20 m² de área. A rede de Água e Esgoto não atende a todos os domiciliados, parte das ruas são pavimentadas enquanto outras não, assim como acontece com as calçadas. Há a existência de diversos comércios entre bares, padaria, mercado e mercearia. Não há posto de saúde localizado nessa região e uma escola está em construção.

As propostas de intervenção seguiram os itens de cardápio educativo e foram escolhidos coletivamente e sistematizados assim: cadeia alimentar, desequilíbrio ambiental, percepção ambiental, lixo, dengue, poluição, arborização, cidadania e paz.

As intervenções ocorreram semanalmente com exceção do período de férias escolares, num total de 16 encontros nos quais foram realizadas práticas, atividades de percepção, debates e troca de saberes e experiências.

Os encontros foram divididos em três grupos semanais mostrados a seguir:

- a) Quinta-feira, no período da manhã, no horário das 08h30min às 10h30min, com atividades direcionadas para os alunos com idade entre 7 a 12 anos.
- b) Sexta-feira, no período da manhã, no horário das 09h00min às 10h30min, para os alunos com idade entre 12 a 16 anos.

c) Sexta-feira, no período da tarde, nos horários das 15h00min às 16h00min, para as alunas com idade entre 7 a 12 anos.

Logo após as atividades houveram conversas entre o pesquisador responsável pelo trabalho e os funcionários e demais educadores do Projeto Naca a fim de também direcionar as atividades realizadas com os educandos para os demais participantes do Projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a pesquisa surgiram várias dificuldades, as quais buscamos transpor e foram estas que suscitaram várias reflexões, possibilitando o aprofundamento das ações, bem como um salto qualitativo no trabalho desenvolvido na oficina de meio ambiente.

Um dos limites era o conhecimento limitado das crianças e jovens, somado a um certo “desinteresse”, através da problematização e utilização de exemplos da realidade dos participantes, notou-se melhora da organização do tempo entre as atividades propostas.

Nas semanas finais do projeto, os participantes já problematizavam com maior profundidade, demonstrando conhecimento e vontade de agir.

A cidadania desenvolvida pelos participantes através das interações educativas foi de diversas naturezas, desde apreender o momento certo para poder falar, interpretar a realidade e pronunciá-la em pequenas palavras, até a mudança de um hábito, a luta

diária pela melhoria de seu ambiente. Dessa forma, a educação ocupa lugar central na acepção coletiva da cidadania,

Isto porque ela se constrói no processo de luta que é em si próprio, um movimento educativo. (...) Ela se constrói como um processo interno, no interior da prática social em curso, como fruto do acúmulo das experiências engendradas (...). A cidadania coletiva se constrói no cotidiano através do processo de identidade político-cultural que as lutas cotidianas geram (GOHN, p. 16).

Avaliar as interações educativas através da pesquisa ação participante pressupõe uma concepção de educação diferente daquela encontrada no aprendizado de conteúdos específicos. Deve se avaliar em primeiro lugar a consciência adquirida ao longo de todas as atividades. Em segundo lugar deve-se comparar a vivência do passado e do presente, identificando os distintos interesses do grupo. E por último deve-se avaliar se o grupo tem condições de disseminar parte das vivências apreendidas para outros indivíduos de suas relações diárias.

Foi percebida ao longo de todas as atividades uma retomada da consciência pelos participantes, comparando seus comportamentos e hábitos no começo e no final dos processos e comparando o diagnóstico prévio e final. Foram encontrados os mais diferentes interesses em relação ao meio ambiente que vão de sentimentos de proteção, maravilhamento até indignação, entretanto, todos ampliaram suas responsabilidades e suas relações com a localidade, gerando um sentimento de pertencimento muito claro. Foi estimulada a transferência de saberes pelos participantes para seus familiares, amigos e pessoas mais próximas.

A participação dos agentes sociais na construção de uma sociedade mais equilibrada permite, dentre outras coisas, perceber a importância da perspectiva sobre a socialização das informações, da construção de espaços democráticos, assim como a educação crítica e emancipatória na busca das soluções dos problemas locais. O entendimento da cidadania implica, portanto, uma inter-relação necessária entre o respeito ao próximo, justiça social, equilíbrio ambiental, qualidade de vida e a ruptura com o modelo atual de desenvolvimento. E isso foi conseguido nesse grupo de iniciantes na educação ambiental popular.

Portanto, os objetivos foram certamente atingidos através da disseminação de uma cultura ambiental atrelada a realidade de cada participante.

ENCAMINHAMENTOS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Como diz Morin (2005, p. 21) “quanto mais rica é a consciência, mas ricas são as liberdades (...)”. Procura-se então, desenvolver uma ação popular que leve a construção coletiva de uma postura crítica em relação ao meio ambiente e também dar vazão a desejos, necessidades das pessoas que constituem esse grupo em ações e práticas.

Neste contexto, a Educação Ambiental – EA - surgiu como ferramenta para a discussão, tematização e reapropriação de certos valores negados pela tradição dominante do racionalismo cartesiano e da própria ciência moderna como um processo de aprendizagem permanente (GRÜN, 1996).

A cidadania deve ser vista, estudada e proposta como uma busca permanente de novos pontos de equilíbrio entre diferentes realidades que podem ser conflitivas entre si em realidades concretas. A maior expectativa na realidade é que o conhecimento que foi trabalhado durante todos os encontros seja capaz de estimular novas práticas sociais coletivas que eles continuem capacitados para formar cada vez mais pessoas que aprendem participando como educadoras ambientais populares para a prática da cidadania ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZIBEIRO, Nadir Esperança. Educação Intercultural e Comunidades de Periferia: Limiares da Formação de Educadores. Tese de Doutorado. Florianópolis: PPGE-UFSC, 2006. Disponível em: <http://www.ppge.ufsc.br/> Acesso: 10 de março de 2008.

BARRETO, E. S. et al. Os currículos do Ensino Fundamental para as escolas brasileiras. São Paulo: Autores Associados/FCC, 1998. (Coleção Formação de Professores).

BRANDÃO, C. R. Pesquisa participante: a partilha do saber. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

GADOTTI, M. Pedagogia da práxis. In: FERRARO JÚNIOR., L.A. Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. (Org.). Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005. p. 239 – 244.

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais e educação. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção questões da nossa época, v.5).

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p.189-205, mar. 2003.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, E. O método 5: a humanidade da humanidade. 3. ed. Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2005.

REIGOTA, M. Desafios à educação ambiental escolar. In: JACOBI, P. et al. (Orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p. 21 - 23.

SATO, M. Educação Ambiental. São Carlos: RiMa, 2004.

TOZONI-REIS, M. F. C. Educação Ambiental e Paradigmas de Interpretação da Realidade: Tendências Reveladas. Revista Educação: Teoria e Prática. Rico Claro: UNESP – Instituto de Biociências, Volume 9, número 16, 2001. (CD-Rom arquivo:tr43.pdf.)

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. Pesquisa-ação: Compartilhando saberes; Pesquisa e Ação educativa ambiental. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, DEA, 2005. p.269 – 276.

TRISTÃO, M. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 251-264, maio/ago. 2005.

VIEZZER, M..L. Pesquisa-ação-participante (PAP): origens e avanços. In: FERRARO JUNIOR, L. A. (Org.). Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, DEA, 2005. p. 279-294.